

A alienação do sujeito no eu (moi) – O esquema L – A forclusão do sujeito

Psicanálise IV – (2008)

Cap. XVIII – Joël Dor – A alienação do sujeito no Eu (Moi) – O esquema L – A forclusão do sujeito

Em Introdução à leitura de Lacan – Joël Dor.

Artes Médicas, Porto Alegre, 1991. Original: Introduction à la lecture de Lacan – L'inconscient structuré comme un langage – Éditions Denoël, Paris, 1982.

A diferença entre o Je e o Moi não é exatamente correspondente à existente entre 'eu' e 'mim' em português[1]. O moi corresponde à auto-designação em posição de objeto, ou seja, em terceira pessoa. Desse ponto de vista, o "moi", o "eu" falado em terceira pessoa, tem seu momento constitutivo no estádio do espelho. O 'moi' é herdeiro da imagem especular. Ou seja, é o sujeito que "se" vê como um objeto[2], que "se" vê como um outro.

(O reflexivo "se", rigorosamente falando, não se aplica)

Poderíamos ainda dizer que o 'moi' é o herdeiro do período em que a criança, no processo de aquisição da linguagem, ainda se denomina em terceira pessoa (nenê, fulaninha, fulaninho, apelido), antes do surgimento do pronome pessoal da primeira pessoa do singular. Na medida em que essa situação inaugural não pode ser consciente (a divisão consciência/inconsciente, isto é, o recalque primário, ainda não aconteceu), o sujeito nada mais é do que a imagem que tem para o Outro. A identidade nasce do lugar que lhe é dado pelo Outro (ou seja, as expectativas inconscientes daqueles cujo desejo nos trouxe à existência [ou seus substitutos]).

O Outro (maiúscula) está para o outro (minúscula) como o 'je' (eu em posição de sujeito) está para o 'moi' (eu em posição de objeto).

A imagem que temos de nós, o "moi", deriva do "espelho", ou seja, é a imagem que nos foi dada (inconscientemente) pelo Outro (com maiúscula = desejante). Mas nós a atribuímos ao outro. A esse 'outro', com minúscula (= objeto de desejo), ainda que pertença à categoria "mãe" ou "pai", atribuímos intencionalidade (ato deliberado, consciente).

Entretanto, tratar-se-ia do Outro, ou seja, daquilo que, nas figuras parentais, diria respeito ao desejo inconsciente. E não aos pais do quotidiano, os pais concretos ou empíricos, cujo comportamento se expressa pela demanda (aspecto consciente do desejo inconsciente).

'O sujeito se vê no 'moi' e não há maneira de sair disso', escreve Lacan. Ou seja, aos objetos da demanda (que é metáfora e metonímia do desejo) pertencentes ao registro do imaginário, corresponde igualmente um eu imaginário ('moi'), que é também objeto do "Je" (eu na posição de sujeito, logo, inconsciente).

O “espelho”, portanto, não é apenas um “estádio” (um momento). Ele permaneceria refletindo (sem trocadilho) um aspecto essencial da condição humana. Frequentemente Lacan parte da crítica (ilustração, questionamento, problematização) do famoso cogito cartesiano (“Penso, logo existo”) para exemplificar a ilusão fundamental do sujeito que se reconhece em seus atos (no caso pensamentos), derivando a certeza de sua própria existência através da experiência pensante (ou seja, consciente).

Para Lacan, o enunciado cartesiano poderia ser parodiado da seguinte maneira: “Iludo-me ao pensar que a minha consciência é a prova da minha existência, logo existo [ou: "iludo-me, logo existo"]”.

O pensamento nada mais é do que discurso, sempre cindido. O discurso manifesto, que profere o famoso “cogito ergo sum”, metaforiza um discurso latente. Em outras palavras, somos “dois” e não “um”.

Se por um lado Lacan problematiza incessantemente o Cogito cartesiano, porque o Cogito (cogito ergo sum) representa a entronização da consciência por parte da filosofia (consciência/razão), que substitui a fé – ou seja, o testemunho de Deus – como base da existência (certeza de ser), pode-se também dizer que há uma continuidade de Descartes a Lacan.

René Descartes (1596-1650) não invoca a experiência sensorial (perceptual) para provar a existência, mas sim a experiência pensante.

Se fôr possível traduzir pensamento por linguagem (discurso interno, como afirmava Vygotsky), então “Penso, logo sou (existo)” se transformaria em “Falo (ou melhor, “Discurso”, ou melhor ainda, “Linguajo[3]”), logo sou (existo)”. Assim, através de Descartes se daria o primeiro reconhecimento da importância da linguagem, mesmo se concebida imaginariamente como pensamento (consciente).

Pode-se dizer que o “*penso logo sou*” cartesiano é transformado por Freud em “*penso logo não posso saber quem sou*” e por Lacan em “*penso logo não posso saber quem pensa*”. Ou: (também Lacan): “*Posso perguntar por quem pensa, sem jamais ter acesso à resposta*”.

E ainda:

Descartes: ‘*A consciência é soberana*’;

Freud: “*A consciência está subordinada ao inconsciente*”;

Lacan: “*O inconsciente está subordinado ao inconsciente*”.

(Em Lacan, o (“segundo”) ‘inconsciente’ ao qual o (“primeiro”) inconsciente está subordinado, é a linguagem).

(A razão disso, lembremos, é que a identidade do sujeito [ou do não sujeito] teria sido ‘criada’ pelas expectativas inconscientes de quem o trouxe à existência).

Em outras palavras: a condição da existência (“...*logo sou*” [Descartes] ou “*logo não sei quem sou*” ([Freud]) é precisamente a divisão consciência/inconsciente, instaurada pela linguagem.

Descartes apenas concebe a existência mediante a primazia (ou a exclusividade) da consciência (embora o “embrião” da noção de inconsciente já apareça em Descartes através da suposição de que consciência pode errar em seus julgamentos); Freud subverte Descartes mediante a hipótese do inconsciente (e a consciência é subordinada ao inconsciente. Ou seja, a consciência “sempre se engana” a respeito do inconsciente).

Lacan acrescenta que o inconsciente (em determinado sujeito) é “criado” por aquilo que é inconsciente em outro sujeito (que lhe deu existência).

Além da experiência do diálogo interno (o “pensamento”), o ‘moi’ comprova sua existência através da relação que estabelece com o outro, com seu semelhante.

Aliás, o diálogo interno já seria (novamente ver Vygotsky [1896-1934], que tematiza essa questão em ‘Pensamento e Linguagem’, de 1934) o diálogo entre o “Je” (eu, aquele que enuncia) e o “moi” (a quem se dirige o enunciado). Também o semelhante é herdeiro desse primeiro momento da estruturação do eu que é o estádio do espelho. A imagem especular representa, em momentos diferentes do estádio do espelho, tanto o eu como o outro, porque seu primeiro momento é precisamente o do “eu” enquanto “outro”. O “eu” é um “outro” – escreveu o poeta francês Rimbaud (1854-1891) – aliás, uma das citações preferidas de Lacan .

Trata-se de uma questão sumamente importante. Lembremos que o estádio do espelho envolve três momentos (constitutivos, não cronológicos):

1) existe o Outro (O maiúsculo, campo desejante), de quem se é (o bebê é) o reflexo (o espelho) ;

2) existe o Outro (de quem já não se é o reflexo, mas sim o objeto) ;

3) finalmente, é-se o outro (é-se a imagem do espelho, que nos é dada pelo Outro).

Se o estádio do espelho acontecer (caso contrário autismo), a identidade do bebê será a imagem no espelho [ou seja, aquilo que o desejo -- expectativas inconscientes -- do Outro diz que somos]. Em decorrência do que, o *infans* passará à posição de objeto, saindo assim da indiferenciação.

Esse raciocínio ajuda a compreender dois dos mecanismos de defesa descritos por Freud: a projeção (atribuir a outrem o que consideramos negativo em nós, e não podemos aceitar) e a idealização (atribuir a outrem o que consideramos positivo em nós, e não podemos aceitar). A facilidade com que atribuímos ao outro algo que faz parte de nós (e que não conseguimos reconhecer como nosso na medida em que contraria nosso ideal de eu, quer no sentido “negativo” ou “positivo”) deve-se ao fato de que entre o eu e o semelhante (o ‘outro’) já existe uma espécie de caminho pré-construído, uma ponte.

Basta 'levantar uma comporta' para que essa troca de papéis e atribuições possa ser feita. O mesmo processo (o momento inicial do eu como outro) também ajuda a compreender a empatia, a possibilidade de que nos coloquemos no lugar do outro.

Uma metáfora dessa descrição lacaniana da relação entre dois "moi(s)" poderia ser a seguinte: um representante se dirige a outro representante[4]. Mas o estranho é que nenhum dos dois sabe exatamente a quem representa. Cada um porém sabe que precisa do que o outro tem, e precisa que o outro precise daquilo que [se] tem. ("Desejamos não o outro, mas o desejo do outro").

Cada um precisa da falta do outro para ser reconhecido pelo outro (o semelhante). (O paradoxo é que aquilo que "se tem" é justamente o desejo, isto é, a falta, que o outro supostamente preencherá. O que se tem, portanto, é a condição de desejar. Mas o que é que se deseja, se por desejo entendemos o que constituiria o "núcleo" do inconsciente estruturado como linguagem? Ser desejado. Desejamos o desejo do outro [isto é, desejamos que o outro nos deseje])[5].

Daí o aforisma[6] lacaniano: "No amor dá-se o que não se tem"[7]

Lacan: "...a linguagem tanto é feita para nos fundar no Outro como para nos impedir radicalmente de compreendê-lo". (...) "O drama do sujeito no verbo é que ele faz aí a experiência da sua falta-a-ser". (Falta-a-ser... o falo, naturalmente, ou seja, a impossibilidade de ser o objeto total do desejo do outro).

O processo psicanalítico pode ser entendido portanto como uma desidentificação, ou uma relativização da identificação, do sujeito com seu "moi"... ou seja, com aquilo que se pensa que se é, até onde isso for possível... Trata-se de alcançar um grau de independência maior em relação às expectativas inconscientes que nos constituíram.

De qualquer forma, com relação ao trabalho do próprio psicanalista, a suspensão dos valores, julgamentos, opiniões, etc. pessoais, significa precisamente isso: sair da pele do seu 'moi' durante a sessão, isto é, daquilo que nele é pessoal, transformando-se em praticante de um método.

Enquanto psicanalista, ele está a serviço de perceber e devolver ao analisando a imagem que o analisando tem de si, imagem que supõe-se deverá transparecer nessa "radiografia" que é o discurso.

As críticas dirigidas por Lacan à psicanálise chamada culturalista, que concebia como finalidade central do processo o fortalecimento do ego, baseiam-se no acima exposto. Pois o ego, para Lacan, é justamente o 'moi' do imaginário. Fortalecê-lo seria fortalecer o que o ser humano teria de mais alienado. Dessa forma, a psicanálise culturalista[8] se outorga a função de adaptar o sujeito a seu meio, atitude totalmente oposta à de investigar quem é esse sujeito (je: eu) simultaneamente escondido e representado pelo "moi". A psicanálise culturalista tomaria o "moi" pelo sujeito, o enunciado pela enunciação, o manifesto pelo latente.

O esquema L

(Es) S

a' (outro)

eu (moi)

A (Outro)

A linha cheia e pontilhada A (Outro) → (Es) S e a linha pontilhada (Es) S → a' (outro) designaria o efeito do estádio do espelho, ou seja, o de que surgimos como objeto do desejo do Outro (função desejante).

Na sequência, a linha cheia a' → moi, mostra a construção da posição de sujeito, já que ela parte de S (Es), por sua vez originária de A (Outro). A linha cheia A → eu (moi) mostra a permanência da posição de objeto perante o Outro.

As linhas pontilhadas indicam que não há garantia de que a identificação com a posição de sujeito ocorra.

A (Grande Outro) representa as expectativas inconscientes do campo desejante e do campo normativo, responsáveis pelo nascimento, possibilidade de aceder (ou não) à posição de objeto (estádio do espelho) e aceder (ou não) à aquisição da linguagem (posição de sujeito). Finalmente, o eixo diagonal (eixo imaginário) significa a intercambialidade entre o eu e o outro (minúsculo); significa o pedido de reconhecimento que fazemos ao outro (objeto do sujeito já constituído), visto que não temos acesso ao Outro (as flechas nunca se dirigem do eu ao Outro, mas sempre do Outro ao eu).

Crítica a Dor (e a Lacan):

No final do texto, Dor descreve o discurso científico como um discurso em que a alienação do 'moi' atingiria sua dimensão máxima. Cabe questionar essa descrição.

Em primeiro lugar, tal afirmação é contraditória, pois o discurso psicanalítico, inclusive o lacaniano, se pretende científico, ainda que esse adjetivo sofra uma série de modificações na acepção lacaniana. Essas modificações não mudam o cerne da questão, já que o discurso lacaniano se apresenta como conhecimento, ainda que seja um conhecimento crítico com relação à própria possibilidade de conhecimento. (A afirmação de que o conhecimento não existe também é proferida a partir de uma posição suposta como conhecimento). (Ou seja: “Sei que nada sei” tem por implicação que algo sei (“que nada sei”).

Eis a contra-argumentação:

No discurso científico o sujeito entra em eclipse para dar lugar ao fenômeno estudado. Isso não significa alienação. Um exemplo: Galileu demonstrou que no lugar da evidência obtida graças aos órgãos sensoriais deve-se recorrer a uma linguagem, como a da matemática (“O livro da natureza está escrito em caracteres geométricos”). Pela evidência sensorial seríamos levados a concluir que a terra é plana e que ela constitui o centro do sistema de planetas ao qual pertence (teoria geocêntrica). A evidência sensorial era o argumento

utilizado pela teologia medieval, que invocava Aristóteles em seu apoio. (Aristóteles era tomado como exemplo de um saber absoluto e definitivo, um saber que não poderia ser modificado). No lugar desse “saber absoluto”, proposto pela teologia medieval e atribuído a Deus, a ciência se define como tarefa infinita e inacabada, essencialmente auto-crítica.

Portanto, o discurso científico não visa o saber absoluto como afirma Dor. Trata-se de uma asserção totalmente descabida. Pode-se mesmo dizer, uma afirmação absurda e contraditória. (“*Esse sujeito epistêmico, que decreta por si mesmo e para si mesmo o que é o saber verdadeiro, só se ilude quanto à sua verdade na medida em que dispõe de instrumentos de discurso apropriados para esse efeito*”). Essa frase de Dor mostra o seu total... desconhecimento acerca do conhecimento (ciência), da *démarche* científica, e é autofágico.

Se de fato a história da ciência está cheia de exemplos de arrogância e pretensão bem como momentos em que novas hipóteses, revolucionárias, foram recusadas[9], é muito fácil demonstrar que tal posição – a pretensão de um saber absoluto e definitivo – é contraditória com os ditames da própria ciência. Não se pode confundir a arrogância ou ignorância de tal ou qual cientista com a *démarche* científica.

Tampouco se deve confundir ciência com determinadas posições assumidas em seu nome por grupos interessados em manter a hegemonia (com tudo o que isso significa: prestígio, poder, verbas de pesquisa, acesso a publicações, etc.).

O dogmatismo, em ciência, é frágil, contraditório e tem vida curta. As inovações acabam sendo reconhecidas, bem como seus autores. Darwin, Mendel, Heisenberg, Bohr, Einstein, etc., foram inicialmente desaprovados e depois elevados à posição excepcional de cientistas-modelo (“descobridores”).

Para aprofundar essa questão, ver Thomas Kuhn (principalmente o seu livro: “*A estrutura das revoluções científicas*”).

A ciência se define por uma atitude assintótica em relação à verdade. Isto é, toda teoria científica não passa de uma hipótese aceita transitoriamente enquanto não aparece uma “melhor”, frequentemente preparada pela anterior, justamente aquela que será superada[10] e que terá aberto o caminho para a sua própria superação, como cada degrau de uma escada leva ao seguinte. Às vezes, há uma ruptura (ou seja, muda a escada...)

Por outro lado, a função de toda teoria científica é dupla: de um lado responder parcialmente a uma indagação existente e de outro colocar novas questões, cujo tratamento terá por consequência uma transformação da própria teoria hegemônica.

No âmbito da ciência, as teorias são hipóteses que se oferecem como gradativa aproximação à compreensão de determinado fenômeno. A ciência não se apresenta como um saber absoluto e definitivo, muito pelo contrário. A afirmação de Dor, nesse sentido, é totalmente absurda. Contradiz tudo o que se sabe sobre a diferença entre religião, filosofia e ciência. Freud foi completamente explícito a esse respeito no texto: “*A questão de uma weltanschauung*“, de 1932 (in *Novas conferências introdutórias à psicanálise*), em que

define a psicanálise como ciência principalmente em virtude do caráter não definitivo, e portanto aberto a modificações, de suas hipóteses.

Mais ainda, a afirmação de Dor seria “autofágica”. Se toda busca de compreensão de um fenômeno fôr uma manifestação da alienação constitutiva do ser humano, isso valeria também para a psicanálise, também para Lacan, também para Dor. O erro de Dor provavelmente decorre de não compreensão do aspecto estrutural vinculado ao conceito de sublimação.

Em suma, a relação entre o eu (“je”) e o ‘moi’ não se dá apenas através do sintoma. A sublimação (aceitação da falta, reivindicação do desejo de desejar, e seu efeito: a criatividade, seja em ciência, em arte, ou qualquer outro campo) também é uma possibilidade humana, tanto quanto o conflito.

-
- [1] Em francês é possível dizer: “Moi, je suis très fatigué”. A expressão mais próxima, em português, seria: “Quanto a mim, estou muito cansado”. Mas é pouco empregada— e de gramaticalidade algo incerta.[2] Outra maneira de referir essa situação: “*o sujeito se concebe primeiramente enquanto objeto de um desejo através da imagem que lhe é mostrada no espelho por um representante do Outro*”. [3] “Linguajo” = Ajo linguisticamente, ou seja, “Atribuo significações e sentidos, logo sou (existo)” ou ainda “Interpreto, logo sou (existo)”. É necessário pedir desculpas por esse terrível neologismo, que talvez seja necessário. Ele significa: “todos os meus atos, verbais ou não, têm significação (consciente) e sentido (inconsciente), logo sou (existo)”. [4] Nessa alegoria, entenda-se ‘representante’ como representante de uma firma, um governo, uma instituição. [5] Evidentemente, em virtude de tudo quanto já foi visto no curso, “desejo” aqui não deve ser entendido como “desejo sexual” (sexual no senso comum, isto é, genital) e sim num sentido muito mais amplo, ligado ao princípio do prazer/desprazer (que inclui a sexualidade de acordo com o uso habitual do termo, mas a excede ou “transborda”). [6] “Sentença moral breve e conceituosa: máxima”. [7] e podemos acrescentar: (...para poder não receber o que se acredita estar pedindo). [8] Essa expressão é utilizada para designar a característica principal da psicanálise tal como desenvolvida nos Estados Unidos, cujos teóricos enfatizaram a adaptação à sociedade como critério de maturidade, concedendo ao ego o papel de “aliado” do psicanalista. E. Sullivan, K. Horney, E. Fromm, são seus representantes mais conhecidos. Lacan critica o papel assumido pelo psicanalista nessa abordagem, na medida em que ele se oferece como modelo para o paciente. Em seu artigo “O feiticeiro e sua magia” (in *Antropologia Estrutural I*), Lévi-Strauss, talvez em virtude sua estadia nos EUA durante 5 anos, descreve a psicanálise justamente através desse tipo de prática, que ele compara ao xamanismo. Algo injusto ... mas de certa forma compreensível, na medida em que tais distorções às vezes “usurpam” o lugar de uma prática psicanalítica coerente. (Ver a respeito Mito e Fantasia – o imaginário segundo Lévi-Strauss e Freud, F. Goldgrub, 1995, Ática; há exemplares na biblioteca da universidade). [9] E isso em vale em relação à própria psicanálise: tanto em relação à recusa dos primeiros textos freudianos sobre a histeria por parte da medicina, como em relação à recusa das hipóteses lacanianas e kleinianas pela psicanálise “oficial” das associações

psicanalíticas filiadas à IPA, como a recusa por parte de lacanianos e kleinianos do exame crítico de suas posições teóricas; a história dos dogmatismos se repete.

[10] Atribui-se a Newton a frase segundo a qual ele não seria senão um anão em ombro de gigantes.

www.franklingoldgrub.com